

ESTUDOS SOBRE A VIDA ESTUDANTIL COMO SUPORTE PARA A GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA ACADÊMICA E DA ASSISTÊNCIA

Sônia Maria Rocha Sampaio¹

Universidade Federal da Bahia - Brasil

sonia.sampaio@terra.com.br

Georgina Gonçalves dos Santos²

georgina@ufrb.edu.br

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia -Brasil

Resumo

Estudos sobre a população estudantil universitária, suas origens e demandas são muito recentes no Brasil. A universidade não esteve, até aqui, interessada em conhecer os jovens que a procuram e, quando realiza estudos sociodemográficos, não os utiliza para orientar políticas acadêmicas, de inovação ou assistenciais. Sendo uma organização voltada para a produção do conhecimento, a universidade tem dificuldades em utilizar as ferramentas que desenvolve em seu próprio benefício. Relativamente indiferente ao público que a frequenta, a universidade brasileira contemporânea está convocada a dedicar parte de seu potencial criativo para articular o desenvolvimento da pesquisa às instâncias gestoras, alimentando-as com informações e questões, que influenciem suas propostas e políticas. A Universidade Federal da Bahia, desde 2005, formalizou uma política de ações afirmativas para estudantes afro, índio descendentes e oriundos da escola pública, o que provocou uma inflexão no seu percurso histórico que refletia forte vinculação aos setores tradicionalmente hegemônicos da sociedade brasileira. Em 2009, a formalização de uma nova arquitetura curricular para a adoção do regime de ciclos teve enorme oposição interna e externa, mas acabou sendo materializada com a criação dos bacharelados interdisciplinares. Essas duas mudanças são aqui apresentadas e discutidas e é reivindicada a importância dos cenários que se configuram após sua aparição como elementos para uma gestão universitária humanizada. Estudos realizados pelo grupo de pesquisa Observatório da Vida Estudantil (UFBA/UFRB) começam a fornecer alimento para decisões importantes voltadas para permanência e para conclusão com sucesso da formação universitária em nossas universidades.

Palavras-chave: vida estudantil; gestão universitária; políticas de ações afirmativas; bacharelados interdisciplinares; educação superior brasileira

¹ Professora Associada III da Universidade Federal da Bahia – Brasil, coordenadora do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre Universidade (EISU)

² Professora Adjunta I da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Brasil, líder do Observatório da Vida Estudantil, Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Studies on students' life as a basis for university administration concerning academic and assistance affairs

Abstract

Studies on university's students population, their background and demands are quite recent in Brazil. So far, university has not been interested in getting to know the youngsters who search for it. Even when it performs socio-demographic studies, it does not apply them in order to direct academic policies for innovation or students assistance. As organizations designed for knowledge production, universities have been facing difficulties in applying the tools that are developed by itself, for its own benefit. Roughly indifferent to the public that attends it, contemporary Brazilian university should be convened to channel part of its creative potential into articulating research development and administrative organizations, by providing them information and addressing them questions which might influence their proposals and policies. In 2005, The Universidade Federal da Bahia adopted an affirmative action policy for African and indian descendants originated from public schools. This caused a turnaround in its history, which has always been strongly bound to the hegemonic layers of Brazilian society. In 2009, the formalization of a new curriculum framework, aiming at the adoption of the regimen of cycles, faced relentless indoor and outdoor opposition, nonetheless it was eventually established by the creation of the interdisciplinary bachelors. Those changes are here presented and discussed; the importance of the *scenarios* that have been configured after these interdisciplinary bachelors' implementation is claimed to be a strong reason for pursuing a humanized pattern of university administration. Studies carried out by the Observation Post of Student Life Research Group (Grupo de Pesquisa Observatório da Vida Estudantil – UFBA/UFRB) are starting to provide food for thought which might ground important decisions concerning permanence and successful graduate completion.

Key-words: student's life; university administration; affirmative action policies; interdisciplinary bachelors; Brazilian higher education

1. Introdução

Estudos voltados para a caracterização de estudantes ou aspectos específicos de sua vida universitária são razoavelmente escassos e recentes no Brasil³. Um dos trabalhos fundadores desse campo, senão o mais antigo e oficial de que temos notícia, é uma pesquisa nacional de 1965, publicada em 1968, realizada pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) que visava a caracterização socioeconômica do estudante universitário brasileiro⁴. O estudo tinha a clara intenção de “que as informações obtidas a partir de bases factuais, precisas e atualizadas, **possam ser úteis para a análise da realidade brasileira no campo da educação superior, fornecendo ainda subsídios para uma reelaboração da política educacional universitária**”⁵(p.13). As variáveis privilegiadas nesse trabalho indicam que a preocupação dos pesquisadores centrava-se na caracterização do estudante, de sua família, na ocupação econômica e em alguns dados acerca de sua vida escolar (INEP,1968). Interessante notar que esse trabalho indica a adoção de “uma política de assistência estudantil, através da distribuição de bolsas para evitar abandonos” (INEP, 1968, p. 44), embora os dados divulgados evidenciem que a população universitária, dessa época, pouco precisava de auxílio institucional, dada a situação econômica privilegiada e estável de suas famílias.

Não temos como saber se os resultados desse estudo, de caráter nacional e externo, foram úteis, de alguma forma, para a definição de políticas para as universidades. À época, como instituição razoavelmente abrigada da pressão dos movimentos sociais e no conforto de priorizar a juventude oriunda dos setores hegemônicos da sociedade, a universidade despreocupava-se em orientar sua política pelas características do seu público ou demandas dos segmentos dela excluídos. Em nosso país, as lutas estudantis pela expansão de vagas e por mais verbas para a

³ Na verdade, mesmo estudos que abordem as políticas para a educação superior são igualmente escassos. Segundo Nunes (2007), em 1579 artigos publicados na Revista de Administração Pública, apenas 53 tratam do tema educação superior (3,5%).

⁴ Nesta publicação, encontramos também uma caracterização da população estudantil baiana realizada pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Salvador.

⁵ Grifo nosso.

educação vão atravessar as quatro décadas finais do século XX para conseguir ver alguma mudança substancial apenas nos anos 2000.

Durante todo o período do regime militar, em que as universidades eram vistas como focos de subversão e rebelião juvenil iminente, estudantes universitários não eram considerados sujeitos cujas características e anseios podiam informar políticas, mas sim, alvo de ações policiais repressivas. Ressalva feita a Marialice Foracchi (1977) que realizou um estudo sociológico extenso sobre a participação de estudantes na vida pública brasileira através do seu engajamento na política estudantil. Embora bastante específico e não articulado com nenhuma intenção de influenciar a gestão universitária, esse estudo ainda é muito útil para instruir pesquisas sociológicas atuais sobre juventude e movimento estudantil, o que demonstra sua vitalidade após mais de quarenta anos de sua primeira publicação.

Ferreira (2008) defende que a criação do INEP⁶, em 1937, revela certa intencionalidade de que as políticas no campo da educação fossem municiadas por pesquisas realizadas pelo Estado. Segundo essa autora, representantes do campo educacional têm, desde então, despendido enormes esforços no sentido de se fazerem ouvir nos processos de tomada de decisões acerca da educação. Exemplos importantes são evidenciados na atuação educacional e política de intelectuais como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, para citar nomes de maior destaque. Entretanto, os resultados desses esforços, variaram muito ao longo da história da educação brasileira.

O trabalho dos Centros de Pesquisas Educacionais, criados durante a gestão de Anísio Teixeira no INEP (de 1952 a 1964), cujo objetivo principal era a “pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, para o efeito de conseguir-se a elaboração gradual de uma política educacional para o País⁷” é interrompido pelo golpe militar e pela saída de cena desse importante intelectual da área educacional, exatamente em 1964, culminando com sua misteriosa morte em 1971.

⁶ Denominado, inicialmente, de Instituto Nacional de Pedagogia

⁷ Trecho do Decreto nº 38.460, de 28/12/1955, que institui o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os Centros Regionais.

Mesmo se tratando de trabalhos de caráter quantitativo, sua ênfase era social e não meramente técnica, tendência essa confirmada após o afastamento de Anísio Teixeira da direção da instituição (Ferreira, 2008). Sua larga concepção de pesquisa educacional aproximou, dos Centros de Pesquisas Educacionais, a sociologia, a antropologia, a pedagogia e uma nascente psicologia, o que confirma a compreensão de Anísio Teixeira de que as ciências sociais tinham grande contribuição a dar para o entendimento dos problemas da educação. Mas é correto afirmar que os estudos eram focados nos níveis iniciais da escolaridade, considerados, nessa época, como prioritários. Depois do primeiro estudo de 1965, a que já nos referimos, os primeiros dados nacionais sobre o ensino superior datam do ano de 1988, segundo pode ser verificado no sítio do INEP⁸.

Mais recentemente, dois estudos nacionais são realizados (1996/7 e 2003/4), entre estudantes de graduação, por iniciativa do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE. Confirmando o que parece uma tendência, acaba de ser publicado, no último mês de julho de 2011, o relatório da pesquisa encomendada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior ANDIFES ao FONAPRACE, em 2010, com o objetivo de mapear a vida social, econômica e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior, para “atualizar informações e identificar novos parâmetros para embasar e retroalimentar políticas, programas e projetos desenvolvidos nas Universidades Federais, especialmente para favorecer a implantação da política de assistência estudantil” (FONAPRACE, 2011, p.10).

2. A experiência francesa e europeia de estudos sobre vida estudantil

O Brasil, tendo herdado tantos aspectos do modelo francês de universidade, não usufruiu, entretanto, de uma das melhores conquistas do sistema público superior desse país europeu: o apego ao conhecimento dos seus públicos, que vai resultar em inúmeros trabalhos divulgados nas últimas décadas do século passado. Ainda em 1989, o então Ministro da Educação da França cria o *Observatoire de La Vie Étudiante* com a missão de fornecer informação, o mais completa, detalhada e objetiva possível, acerca

⁸ <http://www.inep.gov.br/>

das condições de vida dos estudantes e sua relação com o desenvolvimento de seus estudos. Como projeto institucional amplo, esse observatório destina-se, igualmente, a auxiliar o Estado em suas decisões, alimentando a reflexão política e social acerca desse importante segmento da população jovem.

A criação dessa estrutura nacional, disseminada em todo o país através de observatórios locais e regionais, dá-se a partir do extraordinário crescimento do número de estudantes franceses, considerado como verdadeira explosão da população de jovens que ingressavam no ensino superior nessa época. Efetivamente, ao menos do ponto de vista do acesso, a França conseguiu universalizar seu sistema de ensino, contando, já em 2006, com cerca de 2.250.000 estudantes universitários num país com uma população total de cerca de 63 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, o ensino superior francês conheceu uma multiplicação de possibilidades de formação e ampliou sua dispersão geográfica. Esses fatores levaram a mudanças importantes com diversificação, cada vez maior, das condições de vida e de estudo desses segmentos. O Observatório Nacional, que opera em permanente relação com todas as instâncias que produzem ou recolhem informações e conhecimentos sobre a vida estudantil, realiza, a cada três anos, pesquisa nacional sobre as condições de vida dos estudantes. Seus resultados provocam aprofundamentos temáticos e regionais a depender da prioridade dos resultados encontrados.

Institucionalizados, do ponto de vista de sua estrutura, os observatórios franceses dispõem de um conselho composto de organizações representativas dos estudantes, de personalidades e técnicos ligados ao ensino superior e representantes comunitários. Possui ainda conselho científico composto por pesquisadores escolhidos nas universidades e centros de pesquisa com a função de desenhar, orientar e controlar a qualidade dos estudos realizados pelo observatório. Tanto o conselho quanto o comitê científico são apoiados no trabalho de uma equipe operacional que assegura o funcionamento cotidiano do observatório.

No quadro do projeto *Euro Student*, que tem como finalidade comparar as condições de vida dos estudantes europeus, o observatório colabora, desde 1994, com diversos países que realizam pesquisas do mesmo tipo. Os temas privilegiados por esses levantamentos são: características sociodemográficas, acesso ao ensino superior, sucesso nos estudos, locais de moradia, auxílios governamentais, custo dos estudos e

internacionalização. Os últimos resultados foram disponibilizados em 2008 no documento *Eurostudent Report, Social and Economic Conditions of Student Life in Europe*⁹, envolveram 23 países e são utilizados para alimentar debates e tomadas de decisão relativas à vida universitária.

3. O cenário da criação do Observatório da Vida Estudantil baiano

O Observatório da Vida Estudantil surge como linha de um grupo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2007. Dois anos depois, agregando pesquisadores, estudantes de pós-graduação, de iniciação científica e de extensão em torno da idéia de explorar diferentes aspectos da vida de estudantes universitários, constitui-se como grupo de pesquisa independente, ampliando seu raio de ação para a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em consequência da aproximação de pesquisadores desta nova universidade. O rápido crescimento desse coletivo encontra explicação no cenário particular da educação superior em nosso estado marcado, a partir de 2005, pela reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, negros e indígenas, expansão de vagas e novas formas de acesso, interiorização e criação de um novo modelo curricular, os bacharelados interdisciplinares, que inaugura o sistema de ciclos em nossas universidades. Tomaremos aqui, para análise, apenas as políticas de ações afirmativas e a implantação dos bacharelados interdisciplinares da UFBA.

3.1. As políticas de ações afirmativas de acesso e permanência

Nos últimos anos, o debate meritocracia x justiça social tem sido recorrente em diferentes setores da vida brasileira, inclusive acadêmica, como consequência da chegada às universidades públicas brasileiras de setores sociais antes excluídos, fato que põe termo a um longo período marcado pela invisibilidade de movimentos sociais que reivindicavam a educação superior como um direito de todos. Os que discordam questionam não apenas a propriedade, mas, igualmente, os formatos das políticas de

⁹ Disponível em http://www.eurostudent.eu/download_files/documents/Synopsis_of_Indicators_EIII.pdf

ações afirmativas adotadas. Mesmo assim, várias universidades¹⁰, dentre elas a UFBA e a UFRB, implantaram sistemas de cotas ou bônus, desenvolvendo e aprimorando políticas de ampliação do acesso e outras voltadas para oferecer melhores condições de permanência a esse novo segmento de estudantes que, desde o seu ingresso, necessita de apoio para prosseguir e concluir com sucesso o curso de escolha¹¹.

Aberto à discussão de diferentes temas relativos a qualquer segmento de estudantes da educação superior pública, o OVE privilegiou, inicialmente, essa população específica: os estudantes ingressos na universidade através das políticas de ações afirmativas. O significativo aumento do seu quantitativo e as novas e saudáveis questões pedagógicas, culturais e sociais que sua presença provoca no cotidiano acadêmico demandou ao Observatório que seus estudos se aproximassem das realidades e dilemas dessa população, também para avaliar a qualidade da sua efetiva integração a todos os aspectos relevantes da vida acadêmica superando a mera inclusão quantitativa.

No momento em que a universidade brasileira ensaia os passos de uma profunda mudança, mais que nunca, é necessário acompanhar os jovens que nela ingressam, especialmente aqueles de origem popular, para compreender o que impacta suas vidas num período que compreende sua transição para a etapa adulta da vida.

3.2. Novos arranjos curriculares

O ano de 2008 marca a história da Universidade Federal da Bahia quando seus Conselhos Superiores formalizam a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Além da ampliação significativa do número de vagas e a consolidação do seu Programa de Ações

¹⁰ Os dados que encontramos diferem quanto ao número exato de instituições públicas federais e estaduais brasileiras que adotam algum tipo de programa de ações afirmativas, seja a reserva (social e/ou racial) de vagas ou o sistema de bonificação. Segundo estudo divulgado em 2010, do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), ligado à Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), as ações afirmativas estão presentes em 71,4% de nossas universidades públicas. A primeira iniciativa data do ano 2000. G1, [S.l.], 30 ago. 2010. Vestibular e educação. Disponível em: <<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2010/08/acoes-afirmativas-estao-em-714-das-universidades-publicas-diz-estudo.html>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

¹¹ O ato de criação de duas instituições recentes - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal do ABC (UFABC) - já previu a adoção do sistema de cotas.

Afirmativas, a UFBA passa a oferecer uma nova opção de formação universitária de graduação com base em um regime de ciclos, os bacharelados interdisciplinares (BI), inclusive na opção noturna, turno no qual, tradicionalmente, poucas vagas eram disponibilizadas.

A discussão sobre o esgotamento do modelo profissional de graduação brasileiro já estava posto em diferentes centros de produção do conhecimento, embora sem alcançar consenso acerca de possíveis novos formatos. Projetos pedagógicos com foco monodisciplinar, profissionalização precoce da formação, altos índices de evasão, descompasso entre a rigidez da formação profissional e as amplas e diversificadas competências requeridas pelo mundo do trabalho e, sobretudo, os novos desafios educativos da sociedade pós-industrial, demandavam um modelo de formação superior mais generalista, interdisciplinar e integrador. Em termos práticos, já se registravam iniciativas incipientes, mas potencialmente capazes de promover mudanças na concepção e formato da educação superior no país. Dentre essas, os cursos da Universidade de São Paulo (USP)-Leste e o Bacharelado em Ciências Moleculares da Universidade de São Paulo, bem como o Bacharelado em Ciências da recém-criada Universidade Federal do ABC (REUNI UFBA, 2008).

Os novos cursos¹² agregam formação geral humanística, científica e artística à possibilidade de aprofundamento em um campo do saber, intencionam promover o desenvolvimento intelectual e a autonomia exigidos pela educação permanente, condição para a inserção dos jovens em um mundo mutante e de alta complexidade. Essa reforma curricular também provê fundamentos conceituais e metodológicos para a formação profissional em cursos de graduação que adotem o bacharelado interdisciplinar como primeiro ciclo. Para abrigar os Bacharelados Interdisciplinares foi criada uma nova unidade, o Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos (IHAC), cuja intenção é ser coerente com a superação do modelo disciplinar e insular de educação superior.

¹² A UFRB conta, até o momento, apenas com um curso nesse novo formato: o bacharelado interdisciplinar de saúde, no campus de Santo Antônio de Jesus-Bahia. Está prevista uma nova ampliação desta universidade com a criação de um novo campus na cidade de Santo Amaro-Bahia, onde a previsão é instalar um grande instituto estruturado a partir do regime por ciclos.

Como toda inovação, o modelo dos bacharelados interdisciplinares interroga tanto a sociedade quanto a própria universidade. Habitados ao modelo profissionalizante da formação oferecida tradicionalmente em universidades brasileiras, muitos se perguntam ainda porque matricular-se em um curso que “não forma para nada”. Os que menosprezam a proposta se esquecem de que outras funções importantes da universidade não são cumpridas por um desenho excessivamente focado na aprendizagem de uma profissão. Para Almeida Filho (2010), além de formar (pesquisadores, profissionais e educadores) a universidade tem ainda a função de produzir conhecimento (disciplinar, interdisciplinar e integrador) e a incontornável função política, que se desdobra em intervenções de caráter sociocultural, na responsabilidade relativa à sustentabilidade de suas ações, na educação intercultural e no aprofundamento da democracia, compreendida aqui como promoção da igualdade de chances e não apenas mera ampliação do número de vagas.

Essa reestruturação do ensino de graduação em curso se propõe a compatibilizar o ensino da UFBA com sistemas já adotados em países de longa tradição universitária. Essas modificações, que possibilitam mobilidade acadêmica e internacionalização, contemplam indicações da Agenda XXI para o ensino superior da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), resultante da Conferência Mundial sobre o tema, realizada em Paris, em 1998.

4. A experiência de pesquisa do Observatório da Vida Estudantil

Uma universidade tradicional, urbana e em rápido processo de ampliação e mudança e outra, recém-criada, multicampi, instalada numa das regiões mais ricas do ponto de vista histórico e cultural do estado da Bahia e, ao mesmo tempo, das mais pobres, do ponto de vista econômico, pela alta concentração de suas terras e do abandono, pelo estado, da população negra, que trabalhava nas lavouras de fumo e cana-de-açúcar, após a abolição da escravatura. São esses os dois contextos onde se movimentam os pesquisadores e bolsistas do Observatório da Vida Estudantil e onde, de forma interessada, realizam suas pesquisas que, atualmente, diversificaram-se bastante, em função da riqueza de experiências, problemas e perspectivas presentes nessas duas instituições.

Apesar de realizar também trabalhos de caráter quantitativo, voltados para a compreensão do perfil sociodemográfico e cultural de estudantes, o Observatório afastase, intencionalmente, da ideia de escrutínio e faz uma opção clara pela pesquisa de caráter etnográfico, descritiva e, ao mesmo tempo, exploratória, utilizando-se de dados não estruturados. Importa acompanhar os diferentes modos de vivenciar a experiência de ser um estudante da educação superior, descrever os desafios encontrados e aprendizados realizados por ele em seu percurso e processos formativos, sistematizando os significados que constrói acerca de suas próprias experiências.

Adotar esta perspectiva significa compreender que os estudantes não constituem um grupo homogêneo e que a diversidade de novos aspectos que afetam a vida estudantil não se limita aos modos por eles adotados para se adaptar e dar curso à sua vida acadêmica, como, por exemplo, seu processo de afiliação institucional e intelectual (Coulon, 2008) e a relação que estabelecem com o saber (Charlot, 2000); ela abrange, igualmente, hábitos e mudanças relativos à saúde, alimentação, moradia, lazer, às práticas culturais, sexuais e suas relações com a família e a comunidade.

Assim, eleger a relação juventude-universidade como campo de pesquisa é enfrentar um conjunto extremamente diverso de fenômenos complexos. A universidade, historicamente, habituou-se a ver os estudantes apenas como usuários de serviços educacionais. Esteve fechada, por longo tempo, a questões emergentes relativas a esse segmento, falhando em enxergar-se como o espaço-tempo de desenvolvimento onde se dá uma das transições mais importantes da vida de um indivíduo: a passagem para a vida adulta e as tarefas que daí decorrem. Por outro lado, a convivência universitária, pulverizada desde os anos da ditadura militar, foi agravada pela situação de penúria material a que foi submetida essa instituição, impedida de dar atenção a projetos que não fossem voltados estritamente para a área acadêmica. Aspectos da formação integral da juventude foram negligenciados e, por longo tempo, pouco se soube do cotidiano vivido por seus estudantes.

Estudos já finalizados pelo OVE testemunham a diversidade e, muitas vezes, as adversidades interpostas aos itinerários realizados pelo jovem até que ele aceda à

condição de estudante universitário (Coulon, 2008). Situações que aproximam e, o tempo todo, reatualizam o fantasma da eliminação e do abandono dos estudos, a exemplo da combinação maternagem e vida universitária (Urpia; Sampaio, 2006); o pertencimento de alunos cotistas a um curso de alto prestígio (Carvalho; Sampaio, 2010); o desafio de estudantes originários de pequenas cidades do interior e que realizam seus estudos superiores na capital (Nieto; Sampaio, 2011) ou as dificuldades interpostas ao processo de afiliação de jovens cotistas amparados por bolsas de permanência (Nery; Sampaio, 2011). Em 2009, uma nova via de investigação foi acionada com o objetivo de estabelecer relações estáveis e duradouras com escolas públicas de ensino médio cujos alunos desconhecem a universidade e suas possibilidades e, também por isso, não elegem o prosseguimento dos estudos como plano de futuro¹³.

Outros trabalhos em andamento focam a relação com o saber de jovens universitários dos bacharelados interdisciplinares, auto-etnografias de estudantes de origem rural, o percurso de jovens surdos oralizados na universidade, vivências universitárias de gerações diferentes e a transição de jovens adultos concluintes de cursos de graduação para o mercado de trabalho. O campo é inesgotável, os temas se multiplicam e abrem para a compreensão do fascinante mundo da vida universitária.

5. Estudos sobre a vida universitária e gestão: possibilidades e articulações

Para melhor desempenhar suas funções e solidificar laços com a sociedade, a universidade carece de um maior entendimento a respeito dos diferentes grupos de jovens e adultos que nela convivem ou que dela dependem, com atenção especial aos novos segmentos que hoje participam do cenário acadêmico, em consequência dos redirecionamentos políticos e pedagógicos recentemente adotados.

A natureza das ações e políticas, que têm como objetivo garantir acesso, permanência e sucesso acadêmico a esses estudantes, depara-se com o enfrentamento de condições que, historicamente, determinaram a ausência ou fraca inserção desta parcela

¹³Aproximando a Educação Básica da Educação Superior: uma proposta de pesquisa-ação-formação, pesquisa realizada em escolas de Salvador e do Recôncavo, entre 2009 e 2010. Apoio Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

da juventude brasileira na educação superior pública. Entretanto, essas condições extrapolam o domínio propriamente econômico-social, situando-se também na esfera das subjetividades que se constituem em torno da condição de exclusão. Referimos-nos aqui aos sentimentos e estratégias desenvolvidos por esses sujeitos para lidar com os inúmeros “nãos” que conduzem ao não pertencimento. Quando se trata de criar condições para garantir que jovens pobres de escolas públicas cheguem ao ensino superior ou quando, já universitários, adquiram autonomia e confiança no próprio desempenho, estamos diante de fatores e condições que os sujeitos disponibilizam apenas através de narrativas, demandando ao pesquisador a compreensão de fenômenos de ordem subjetiva.

Pelo que vimos, ao longo desse trabalho, os estudos estatísticos são priorizados para informar políticas e programas sociais destinados a promover a ampliação da participação de jovens pobres na universidade. Entretanto, se é compreensível que tomadas de decisão se apoiem em categorizações objetiváveis - os condicionantes socioeconômicos de natureza macrossocial – sublinha-se, igualmente, a importância de considerar aspectos relativos aos modos de viver desses segmentos e suas relações mais íntimas com a instituição universitária e com o saber, realidades só acessíveis por abordagens fenomenológicas que privilegiem a escuta e apreensão dos etnométodos dos atores desenvolvidos em situação (Coulon,2005).

Pensamos que informações dessa natureza podem resultar de desenhos de pesquisa do tipo microssociológico, orientados na melhor tradição da segunda escola de Chicago, para sermos mais explícitos. Embora não seja comum, compreendemos que a gestão universitária, no campo acadêmico e da assistência estudantil, está convidada a levar em conta as experiências cotidianas, os meandros, os percursos que fazem os sujeitos em seu dia a dia institucional, e que a expertise de natureza qualitativa pode, efetivamente, dar sua contribuição nesse sentido, o que abre para as possibilidades de estudos interacionistas, descritivos, calcados nas experiências da vida estudantil cotidiana.

O que está proposto aqui é, na verdade, integrar as duas perspectivas (micro e macro) no desenho, implementação, gestão e avaliação de políticas e projetos voltados para o público estudantil, em vista de uma gestão humanizada de nossas instituições universitárias.

6. Referências

- Almeida Filho, N. (2010, janeiro). Modelos de Formação Universitária. *Conferência para a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)*, 7ª Reunião para avaliação do REUNI, Brasília.
- Carneiro, A. S. C. & Sampaio, S. (2010). *Caminhos universitários: um estudo sobre a permanência de estudantes de origem popular* (Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal da Bahia, Salvador).
- Charlot, B. (2000). *Da Relação com o Saber. Elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed.
- Coulon, A. (2008). *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: EDUFBA.
- _____ (2005). *Etnometologia e educação*. Petrópolis: Vozes.
- Ferreira, M. S. (2008). Usos e funções dos estudos promovidos pelos Centros de Pesquisas do INEP entre as décadas de 1950 e 1970. *Rev. bras. Est. pedag.*, 89(221), 72-89. Recuperado 11 de agosto de 2011, de <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1280/1119>
- Foracchi, M. M. (1977). *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Editora Nacional.
- Lopez, F. N. & Sampaio, S. (2011). *Do interior do estado ao interior da UFBA: a experiência de tempo-espaço na afiliação estudantil* (Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal da Bahia, Salvador).
- Ministério da Educação e Cultura (1968). *Caracterização sócio-econômica do estudante universitário*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Rio de Janeiro. Recuperado 11 de agosto de 2011, de www.cipedia.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=154036
- Nery, M. B. M. & Sampaio, S. (2011). *O processo de afiliação emocional entre estudantes do Programa Permanecer da UFBA* (Tese de doutorado não publicada, Universidade Federal da Bahia, Salvador).
- Nunes, Edson (2007). Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. *Rev. Adm. Pública*, 41, 103-147. Recuperado 11 de agosto de 2011, de <http://www.scielo.br/pdf/rap/v41nspe/a08v41sp.pdf>
- Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras (2011). Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantil (FONAPRACE). Recuperado 11 de agosto de 2011, de http://www.fonaprace.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=75:perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao-das-universidades-federais-brasileiras&catid=35:nacional&Itemid=58

Urpia, A. M. O. & Sampaio, S. (2009). *Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante* (Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal da Bahia, Salvador).